ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município

PROJETO DE LEI Nº /2023

ALTERA DISPOSTIVOS DA LEI Nº 1.478, DE 10 DE
ABRIL DE 2002.

LEI:

Art. 1º O § 3º do artigo 3º da Lei nº 1.478, de 10 de Abril de 2002, passa vigor com a seguinte alteração:

“Art. 3º -----

§ 3º :

- I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação - SEMED;
- II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS;
- III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS;
- IV - 1 (um) representante da Polícia Militar do Estado de Rondônia, preferencialmente em atuação no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD;
- V - 1 (um) representante da Polícia Militar do Estado de Rondônia, preferencialmente em atuação na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher e a Família - DEAM;
- VI - 1 (um) representante de entidade religiosa local;
- VII - 2 (dois) representantes de Associações que se destinem à assistência terapêutica das pessoas com dependência química no Município;
- VIII - 1 (um) representante dos grupos de apoio à pessoa com dependência química e seus familiares;
- IX - 1 (um) representante da Subseção De Vilhena Ordem dos Advogados do Brasil – OAB de Vilhena;
- X - 1 (um) representante do Conselho Regional de Psicologia em atuação no Município;
- XI - 1 (um) representante da Ordem dos Ministros Evangélicos de Vilhena - ORMEVI; e
- XIII - 1 (um) representante da Câmara de Vereadores de Vilhena.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal.
Vilhena - RO, 12 de abril de 2023.

Flori Cordeiro de Miranda Júnior
PREFEITO

Comentário[mariane.bellei1]: "a epígrafe, formada pelo título designativo da espécie normativa e pela data de promulgação, é grafada em letras maiúsculas, sem negrito..." (art. 15, XXVI, do Dec. 9.191/2017)

Comentário[elisangela.lima2]: Importante mencionar do que trata a lei a ser alterada.

Então acrescentar:

. QUE DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS.

Comentário[mariane.bellei3]: "o ato normativo a ser alterado deverá ser mencionado pelo título designativo da espécie normativa e pela sua data de promulgação, seguidos da expressão "passa a vigorar com as seguintes alterações", sem especificação dos artigos."

Comentário[elisangela.lima4]: OBS. A Lei 1.478, de 2002, sofreu alteração também pela Lei 1.612, de 2003, cuja proposta parece mais adequada a ser aplicada ao artigo 3º. Então sugiro resgatar seu conteúdo adaptando-o ao que se pretende atualmente:

Comentário[mariane.bellei5]: No site da Polícia Civil está como Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher

Comentário[elisangela.lima6]: Ponto e vírgula

Comentário[mariane.bellei7]: de

Comentário[mariane.bellei8]: Subseção de Vilhena da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Rondônia - OAB-RO

Comentário[mariane.bellei9]: Renumerar para XII

Apesar de ter sido recomendado a consulta ao Poder Executivo quanto a falta do inciso XII ou ao equívoco ao numerar, entendo que houve apenas um equívoco, pois no caput de

Comentário[mariane.bellei10]: do Município

Comentário[elisangela.lima11]: Retirar e atualizar a data.

PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Município

LEI Nº 1612/2003

EMENTA: ALTERA O ARTIGO 3º E ACRESCE O § 3º A LEI N. 1.478, DE 10 DE ABRIL DE 2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MELKISEDEK DONADON, Prefeito do Município de Vilhena, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe são conferidas por lei

FAZ SABER, que a câmara Municipal de Vilhena aprovou e ele sanciona e promulga presente

LEI:

Art. 1º. Altera o artigo 3º e acresce o § 3º a Lei n. 1.478, de 10 de abril de 2002, que passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 3º. O Conselho Municipal Antidrogas de Vilhena – RO, será integrado pelos seguintes membros representantes de Órgãos governamentais e/ou não governamentais de Vilhena - RO, designados pelo Prefeito:

- I - Representantes dos Órgãos Governamentais;
- a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
 - b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
 - c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Bem Estar Social;
 - d) 01 (um) representante da Câmara de Vereadores de Vilhena;
 - e) 01 (um) representante da Polícia Civil;
 - f) 01 (um) representante da Polícia Militar.

II – Representantes Não Governamentais:

- a) 01 (um) líder Comunitário;
- b) 01 (um) representante de Clube de Serviços;
- c) 01 (um) representante das Associação de Bairros;
- d) 01 (um) representante da Comunidade Terapêutica ;
- e) 01 (um) representante da Associação de Pais e Professores da Rede de Ensino de Vilhena-RO;

- f) 01 (um) representante do Comércio – ACIV.

§ 1º

§ 2º

§ 3º. As funções de membros do Conselho não serão remuneradas, porém, considerada de relevante serviço público.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal,

Vilhena (RO), 22 de abril de 2003.

Melkisedek Donadon
PREFEITO MUNICIPAL

III - drogas ilícitas aquelas assim especificadas em Lei Nacional, Tratados Internacionais, firmados pelo Brasil, e outras, relacionadas periodicamente pelo órgão competente do Ministério da Saúde, informada à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD e ao Ministério da Justiça. (Redação dada pela Lei nº 3531/2012)

Art. 2º São objetivos do COMAD:

I - instituir e desenvolver o Programa Municipal Antidrogas - PROMAD, destinado ao desenvolvimento das ações de redução da demanda de drogas, II - acompanhar o desenvolvimento das ações de fiscalização e repressão, executadas pelo estado e pela União, III - propor, ao Prefeito e a Câmara Municipal, as medidas que assegurem o cumprimento dos compromissos assumidos mediante a instituição desta Lei

§ 1º O COMAD deverá avaliar, periodicamente, a conjuntura municipal, mantendo atualizados o Prefeito e a Câmara Municipal de Vereadores, quanto ao resultado de suas ações.

~~§ 2º Com a finalidade de contribuir para o aprimoramento dos Sistemas Nacional e Estadual Antidrogas, o COMAD, por meio da remessa de relatórios frequentes, deverá manter a Secretaria Nacional Antidrogas - CONEN, permanentemente informados sobre os aspectos de interesse a sua atuação:~~

§ 2º Com finalidade de contribuir para o aprimoramento dos Sistemas Nacional e Estadual Antidrogas, o COMAD, por meio da remessa de relatórios frequentes, deverá manter a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD permanentemente informada sobre os aspectos de interesse à sua atuação. (Redação dada pela Lei nº 3531/2012)

Art. 3º O COMAD fica assim constituído:

~~I - Presidente; II - Secretário Executivo; III - Membros;~~

Art. 3º O COMAD será constituído por:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Secretário Executivo; e

IV - Membros. (Redação dada pela Lei nº 3531/2012)

§ 1º Os conselheiros, cujas nomeações serão publicadas em Diário Oficial do Município, terão mandato de (02) dois anos, permitida a sua recondução por igual período.

§ 2º Sempre que se faça necessário, em função da tecnicidade dos temas em desenvolvimento, o Conselho poderá contar com a participação de consultores, a serem indicados pelo Presidente e nomeados pelo Prefeito.

~~§ 3º O COMAD será composto pelos seguintes membros:~~

~~I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação - SEMED;~~

~~II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS;~~

- ~~III-01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS;~~
- ~~IV-01 (um) representante da Secretaria de Esportes e Cultura - SEMEC;~~
- ~~V-01 (um) representante da Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ;~~
- ~~VI-01 (um) representante da Igreja Católica;~~
- ~~VII-01 (um) representante da Associação Trindade Santa;~~
- ~~VIII-01 (um) representante dos Alcoólicos Anônimos;~~
- ~~IX-01 (um) representante do Lions Clube; e~~
- ~~X-01 (um) representante da Maçonaria. (Redação acrescida pela Lei nº 3531/2012)~~

§ 3º O COMAD será composto pelos seguintes membros:

- I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação - SEMED;
- II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS;
- III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS;
- IV - 01 (um) representante da Secretaria de Esportes e Cultura - SEMEC;
- V - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ;
- VI - 01 (um) representante da Igreja Católica;
- VII - 01 (um) representante da Associação Trindade Santa;
- VIII - 01 (um) representante dos Alcoólicos Anônimos;
- IX - 01 (um) representante do Lions Clube;
- X - 01 (um) representante da maçonaria;
- XI - 01 (um) representante da Ordem dos Ministros Evangélicos de Vilhena-ORMEVI; e.
- XII - 01 (um) representante da Comunidade Terapêutica Nova Vida;
- XIII - 01 (um) representante da Câmara de Vereadores. (Redação dada pela Lei nº 3583/2013)

§ 4º Os membros do Conselho terão suplentes que os substituirão em suas faltas e impedimentos. (Redação acrescida pela Lei nº 3531/2012)

§ 5º O Conselho será presidido por um de seus membros, eleito pelos Conselheiros, e se regerá por Regimento Interno próprio, que será aprovado por seus membros. (Redação acrescida pela Lei nº 3531/2012)

Art. 4º O COMAD fica assim organizado: